

Escola Superior de Agricultura de Viçosa: um *land-grant college* em Minas Gerais?

Maria das Graças M. Ribeiro - UFV

1. Introdução

Este trabalho desenvolve uma análise comparativa entre os *land grant colleges*, escolas superiores agrícolas, criadas no interior dos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), inaugurada em 1926 e que deu origem à Universidade Federal de Viçosa (UFV).¹ Consciente das dificuldades relativas à realização dos estudos comparados em educação, tratei, na investigação, de identificar as similaridades e as diferenças da escola mineira com aqueles *colleges*, conforme as recomendações de Gvirtz (2001) no sentido de considerar que objetos ou problemas comparáveis se constituem de acordo com condições de caráter histórico-social. Para o estudo foi consultada uma ampla literatura, tendo a atenção recaído principalmente nos estudos de Barrow (1990)² e de Bowman (1962)³. Além disso, procedeu-se a um amplo levantamento de fontes documentais no acervo do Arquivo Central e Histórico da UFV. O trabalho tem seu foco no período entre 1862, quando foram criados os *land-grant colleges*, e 1948, quando a ESAV foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG).

2. Os *land-grant colleges*

No início do século XIX, os Estados Unidos contava com 85% da sua população vivendo no meio rural. A sociedade tinha por base uma forte economia agrícola e a vida se pautava por uma forte fé religiosa.

Até então, havia no país um número significativo de *colleges*, voltados para a formação dos futuros pregadores e para o conhecimento clássico dos jovens *gentlemen*. Os que buscavam uma educação mais erudita iam para a Europa.

Em 1862, foi promulgada a Lei Morrill que vinha contemplar a reivindicação dos fazendeiros de uma educação vocacional. Terras federais foram vendidas com o fim de que as receitas

resultantes fossem usadas para o treinamento de jovens para a agricultura e as chamadas artes mecânicas.

Vale notar, conforme Bowman (1962, p.526), que "[...] quando o Morrill Act passou não ficou claro de todo o que exatamente os *colleges* deveriam ser e fazer". Embora não estivessem evidentes, então, certas características básicas destas instituições, passados os anos, elas podem ser identificadas: a pesquisa aplicada e a difusão da escolarização e do conhecimento.

Além destas, o conceito de *undifferentiated American*.

3. A ESAV

Em 1920, o Presidente de Minas Gerais, Arthur Bernardes autorizou a criação de uma escola superior agrícola sob a responsabilidade daquele estado. Em 1926, como Presidente da República, o viçosense Bernardes inaugurava a Escola.

No seu Regulamento, a Escola era caracterizada como um estabelecimento essencialmente agrícola, cuja finalidade era a aquisição e a difusão de conhecimentos relativos “à economia rural”, em todos os seus graus e modalidades.

O ensino na ESAV era gratuito e funcionava em regime de internato e externato. Primeiramente, começaram a funcionar os cursos elementar e médio. O curso superior de agronomia somente teve início em 1928 e o de veterinária em 1932. Logo depois foram criados cursos de especialização, com duração de dois anos, que destinavam-se a formar especialistas. No início dos anos 1930 teve início a prática da pesquisa na ESAV. Em 1939, os professores lançavam a revista *Ceres*, primeira de caráter científico editada pela Escola.

Além destas atividades, desenvolveram-se trabalhos de assistência sistemática junto aos agricultores da Zona da Mata mineira, o que acabou por projetar a instituição para além das fronteiras de Minas Gerais.

A partir de meados dos anos 1930, no entanto, a ESAV começou a viver uma fase de profundas dificuldades. Não havia verbas para a aquisição de material e para manter o funcionamento regular da Escola. De todo modo, esta obteve o reconhecimento oficial do governo federal em

1935. Um elemento decisivo para tirar a instituição daquela crise foi o impulso oferecido por entidades norte-americanas que com ela firmaram, a partir de meados dos anos 1940, alguns acordos de cooperação.

4. Pontos de comparação

Entre os poucos estudiosos da história da UFV, há um consenso quanto ao fato de Bernardes ter pensado a instituição, desde o início, como um *land grant college*. Tal fato é justificado por ter sido o projeto da ESAV concebido por um especialista norte-americano vindo para o Brasil especialmente para coordenar a construção da Escola. Na verdade, em 1921, chegava a Viçosa o Prof. Peter Henry Rolfs, vindo do *Florida Agricultural College*. Rolfs foi o primeiro diretor da ESAV, tendo se tornado uma espécie de patriarca da instituição. Mas o fato de Rolfs vir de *land-grant colleges* seria elemento suficiente para levar os autores a afirmarem ter sido o modelo da ESAV baseado naquelas instituições? Vejamos alguns pontos para uma comparação.

Em primeiro lugar, cabe considerar o contexto no bojo do qual tanto as escolas superiores agrícolas norte-americanas quanto a ESAV foram criadas. No caso das primeiras, elas foram resultado de movimentos que se espalharam pelo país reivindicando o ensino agrícola, num cenário em que este tipo de ensino era praticamente inexistente nos Estados Unidos. A Lei Morrill foi editada quando as terras dos fazendeiros enfrentavam um processo crescente de deterioração do solo por falta de conhecimentos sobre conservação. Não obstante a produção agrícola se expandisse, ela perdia importância para a manufatura. Neste contexto e impulsionado pela emergência de um sistema nacional de ferrovia, foi se formando um mercado nacional estruturado. Graças à edição do *Morrill Act*, em 1862, e à criação do *United States Department of Agriculture*, no mesmo ano, as angústias dos fazendeiros foram atenuadas, tendo a agricultura experimentado o início de sua mecanização.

O contexto de criação da ESAV, num certo aspecto, foi um tanto quanto diferente. Nas primeiras décadas do século XX, não se tinha propriamente universidades no Brasil; porém

desde o final do século anterior, foram surgindo escolas superiores isoladas de formação profissional. No caso do ensino agrônômico, a primeira escola superior voltada para o mesmo foi a Escola Superior de Agronomia de Cruz das Almas na Bahia (1875), aparecendo, logo depois, várias outras. Só no estado de Minas Gerais, na década de 1920, havia três escolas superiores agrícolas – a de Lavras, a de Belo Horizonte, a de Passa Quatro – e, ainda, duas escolas superiores de veterinária.

O cenário, neste aspecto, era pois bem diferente daquele em que se deu o aparecimento dos *land-grant colleges*. No entanto, a situação da economia mineira, basicamente agrícola, era preocupante no início dos anos 1920. Esta situação se agravava na Zona da Mata, voltada predominantemente para a cafeicultura, particularmente na região de Viçosa, a qual, juntamente com as cidades vizinhas, era constituída por pequenas e médias propriedades dedicadas ao cultivo do café. A criação da ESAV parece ter vindo no sentido de evitar a catástrofe que se anunciava para a economia da região.

Na verdade, A ESAV não evitou a crise da cafeicultura mineira, porém não há dúvidas de que veio contribuir significativamente para a modernização da agricultura de Minas Gerais.

Neste ponto colocam-se as finalidades proclamadas quando da criação das instituições.

Se os *land-grant colleges* tinham como objetivo promover os estudos “relacionados à agricultura e às artes mecânicas” e a educação liberal e prática das classes industriais “[...] sem excluir outros estudos científicos e clássicos [...]”, as finalidades da ESAV eram um tanto quanto semelhantes.

No que se refere à forma de administração nos *land-grant colleges* e na ESAV a semelhança é curiosa. Os *land-grant colleges* eram instituições públicas, dirigidas por *governing boards*, quadros de dirigentes compostos pelo diretor e personalidades representativas da comunidade. Inicialmente, os *governing boards* dos *land-grant colleges* mantiveram forte vinculação com o mais tradicional interesse dos fazendeiros. Mais tarde, no entanto, se enfraqueceu o poder

agrário e foram ganhando importância nos *boards* juristas, banqueiros e industriais. No início do século XX, foram muitos os atritos entre diretores, professores e os *boards*.

Desde que foi criada até 1931, a ESAV tinha como órgão máximo a Congregação, presidida pelo diretor da Escola, subordinado à Secretaria de Agricultura do estado. Em 1931, no entanto, o governo de Minas Gerais aprovou novo regulamento para a ESAV, dando autonomia administrativa e financeira à Escola e constituindo uma Junta Administrativa que passava a ser o seu órgão máximo de poder, sendo esta diretamente subordinada ao governo do estado.

A Junta Administrativa era composta de nove membros, com mandato de três anos, renovada anualmente em 1/3. As nomeações eram feitas pelo governo do estado, recaindo em agricultores que não exercessem posição pública ou eletiva e de preferência em representantes das diversas zonas do estado de Minas Gerais.

Todos os indícios são de que na prática as decisões relativas a qualquer mudança significativa na vida da instituição acabaram acontecendo por iniciativa do governo estadual sem que atritos tenham se deflagrado entre a Junta Administrativa e o mesmo.

Sobre a organização das atividades acadêmicas, os *land-grant colleges* deveriam ter uma educação vocacional, prática e científica. "Mas isto não significava abandono de outras partes do college course". (Bowman, 1962,p.526). Na verdade, à medida em que foram se consolidando aquelas instituições foi se constituindo a "filosofia do land-grant college", tratando-se de "ensinar aos fazendeiros mais do que como cuidar da fazenda [...]" (Barrow, 1990, p.92).

Em algumas instituições, os "cientistas agrários" enfrentavam os interesses das pequenas empresas denunciando-as pela produção de alimentos contaminados ou adulterados. No entanto, quando houve o enfraquecimento do poder agrário e a abertura dos *governing boards* para a participação dos *businessmen*, estes apontaram para uma racionalização institucional dos *colleges* e para o ideal corporativo, o que gerou inúmeros atritos com o pessoal docente. Com a vitória dos *businessman*, os currículos dos *land-grant colleges* passaram a comportar somente aquelas disciplinas estritamente voltadas para a formação de homens para a

agricultura e a educação para as artes mecânicas. Esta ênfase nos estudos voltados estritamente para as questões do meio rural foi, no período, tão forte que, como resultado, algumas instituições eram chamadas popularmente como “*cow colleges*”.

Nos documentos da ESAV é enfatizado o caráter “teórico-prático e não livresco” do ensino, não havendo nenhuma evidência de vestígios da chamada “filosofia dos *land-grant colleges*”. No que se refere ao currículo, as disciplinas também eram estritamente limitadas àquelas que parecem minimamente necessárias à formação de agrônomos e veterinários.

Sobre a pesquisa, os *land-grant colleges* se restringiam, até a Segunda Guerra Mundial, a pesquisas aplicadas desenvolvidas em suas estações experimentais tendo em vista a solução de problemas locais. Quando chegou a Guerra, eles foram induzidos a cooperar em projetos bélicos, desenvolvendo também pesquisas sobre métodos de conservação de estoques de alimentos. Depois disso, colocaram-se preocupações mais amplas, principalmente quanto a pesquisa básica.

Na ESAV, a pesquisa, exclusivamente aplicada, também esteve voltada para a busca de soluções para problemas imediatos da região da Zona da Mata mineira. Foram realizadas experiências para o combate à saúva, para o combate a pragas em plantas como o feijão, o algodão, e, ainda, experiências com o álcool motor.

Assim como os *land-grant colleges*, que tinham em vista a produção de conhecimento que tivesse aplicação prática na vida das pessoas em geral, desde cedo, a ESAV tratou de organizar atividades extra muros que envolviam cursos de curta duração e visitas para demonstração nas fazendas vizinhas. Nos *land-grant colleges*, desde o início, a solicitação por esses serviços foi se avolumando, levando alguns professores a produzirem artigos para jornais e boletins e a freqüentarem com regularidade encontros com os fazendeiros. Muitos *colleges* começaram a organizar cursos fora do *campus* e a estruturar seus departamentos de extensão. Logo estabeleceu-se a tripla função de ensino, pesquisa e extensão.

Na verdade, a prática extensionista iniciou-se, nos Estado Unidos, através das associações agrícolas, fundadas por fazendeiros que tinham a finalidade de discutir e buscar soluções para os problemas relativos à comercialização e ao aumento da produtividade de suas culturas e da pecuária. Vale notar que quando da inauguração da ESAV, não havia associações locais de agricultores estruturadas como as norte-americanas. Deste modo, o trabalho de difusão das atividades feito pela instituição teve grande repercussão, ensejando solicitações por consultas técnicas e por cursos de breve duração. Era comum a correspondência de fazendeiros, os quais enviavam cartas à Escola, pedindo informações. Também eram comuns as cartas solicitando catálogos de exposições realizadas pela instituição e os pedidos de compra de determinados produtos.

A despeito do pioneirismo da ESAV quanto à extensão rural como prática de extensão universitária no Brasil, somente em 1948, ao transformar-se em UREMG, foi aprovado o Regimento do seu Serviço de Extensão. Junto com ele se constituía o Serviço de Experimentação e Pesquisa. Estes, juntamente com a Escola de Especialização; a antiga Escola Superior de Agricultura; a Escola Superior de Veterinária, que era devolvida de Belo Horizonte para Viçosa, e a então recém criada Escola Superior de Economia Doméstica passavam a constituir as unidades básicas da instituição.

Assim estruturada, a UREMG contava com um “Fundo Universitário” para a garantia do seu funcionamento, o qual era constituído de apólices estaduais inalienáveis, “cujos juros rendam a importância de doze milhões de cruzeiros”, de duzentos e cinquenta mil hectares de terras devolutas, de bens até então sob jurisdição da ESAV e de doações, subvenções e legados, conforme a lei n. 272 de 1948 responsável pela criação da Universidade Rural.

5. Considerações Finais

O modelo do *land grant college* foi em grande parte absorvido pela ESAV. Em nossa instituição, todavia, tal modelo não conheceu a face mais progressista e democrática contida na

chamada “*filosofia dos land-grant colleges*”. Desse modo, apesar das dificuldades enfrentadas, os conflitos em que esteve envolvida a ESAV foram de outra natureza.

A transformação da ESAV em UREMG parece concluir o ciclo de absorção do modelo. Três elementos são elucidativos: a criação do Fundo Universitário, a criação do curso superior de economia doméstica e a institucionalização do trabalho de extensão rural. No caso daquele Fundo, parecia constituir-se um patrimônio que desde a origem os *land-grant colleges* garantiram com a Lei Morrill. Sobre o curso de economia doméstica, ele foi fundamental nos *colleges*, tendo papel dos mais importantes na extensão rural. No nosso caso, a atuação das economistas domésticas na extensão rural foi decisiva para a sua consolidação. A extensão universitária no Brasil, tratando-se de extensão rural, teve seu marco com os trabalhos da ESAV, mas foi com a institucionalização do Serviço de Extensão que ela adquiriu reconhecimento nacional, tornando-se uma referência.

Vale notar que a superação da crise da ESAV se fez, em grande parte, com o apoio de entidades norte-americanas com as quais foram estabelecidos convênios de cooperação. Estes resultaram numa série de programas, que além de gestar o curso de economia doméstica, implicaram a consolidação da extensão rural de nossa instituição, a qual acabou por estas razões, entre outras, por ser escolhida como um dos *locus* principais dos trabalhos da *United States Agency for International Development (Usaid)* no Brasil.

Notas

¹ GVIRTZ, Silvina. Alcances y limites de la investigación en la historia de la educación comparada. *História da Educação*. ASPHE. FaE/UFPel. N.10. Out.2001. Pelotas: Editora da UFPel, pp.17-29.

² BARROW, C. *Universities and the capitalist state. Corporate liberalism and the reconstruction of american higher education*. 1894-1928. Madison: The University of Wisconsin Press.1990. BOWMAN, M. J. The land-grant colleges and universities in human-resource development. *The Journal of Economic History*, v.22, Dec.,1962, p.523-546.

³ BOWMAN,J. The land-grant colleges and universities in human-resource development. *The Journal of Economic History*, v.22, Dec.,1962, p.523-546.